

A Centelha



JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Donativo Livre

Nº43 • JUNHO/JULHO • 2025

DEPOIS DAS ELEIÇÕES

É PRECISO UMA

ALTERNATIVA

REVOLUCIONÁRIA



Eleições Legislativas: vitória da direita e extrema-direita, derrotada a esquerda

SÓ UMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA

Comité Executivo da Esquerda Revolucionária

Os resultados das eleições legislativas de 18 de Maio são uma vitória para a direita e extrema-direita e uma derrota histórica da esquerda.

Excluindo os resultados no estrangeiro de 2024, a direita tradicional, AD, do atual primeiro-ministro Luís Montenegro, ganha 140.000 votos e 9 deputados; os liberais, IL, ganham 18.000 e 1 deputado; e a extrema-direita, Chega, sobe 236.000 votos e 8 deputados. Contando com o ADN, que perdeu votos para o Chega, este bloco ganhou 375.000 votos e 18 deputados, passando a 3.700.000 e 156 deputados. A extrema-direita é a grande vencedora, ganhando dois terços dos novos votos à direita, varrendo vários distritos que eram bastiões da esquerda.

O PS tem o pior resultado em 40 anos e o BE e o PCP os piores resultados de sempre. Incluindo o PAN e o Livre — o único a contrariar a queda —, como um todo este bloco perde 528.000 votos e 23 deputados, passando a 2.026.000 votos e 69 deputados, menos de metade da direita e menos de um terço dos lugares no parlamento.

O próximo parlamento terá o maior número de deputados de direita desde 1974, e com a maioria de dois terços no parlamento, a direita poderá não só alterar a Constituição como a legislação mais importante. Como pôde isto acontecer?

O fiasco da social-democracia aprofunda-se

A classe trabalhadora e camadas médias deram a maioria absoluta ao PS em 2022 para travar a direita e confiando que este iria melhorar a sua condição de vida no pós-pandemia, quando a pobreza estava a aumentar. O PS defraudou completamente as expectativas da população. Continuou a governar para o capital, atacando professores e profissionais de saúde, passando medidas mínimas na habitação que não impediram a crise de se agravar, etc. Com Fernando Medina à frente das Finanças, o importante era ter “as contas certas” e gerar um superávit, à custa dos serviços públicos, para pagar a dívida pública aos banqueiros euro-

peus. Ou seja, manter a classe trabalhadora numa austeridade encapotada para fazer o capital fluir para a burguesia nacional e internacional. O resultado foi o agravamento da pobreza, das crises da habitação, do SNS e da educação.

O descontentamento para com o PS materializou-se na perda de meio milhão de votos nas eleições de 2024, o que permitiu a formação do governo minoritário da AD por uma diferença de 70.000 votos. Com a queda de António Costa sobre Pedro Nuno Santos (PNS) a secretário-geral para fazer oposição. Da ala esquerda do partido, com uma retórica mais desenvolvimentista e desafiante perante os banqueiros europeus, de procura de compromissos à esquerda, trouxe para muita gente a esperança de um PS mais à esquerda. Também ele defraudou as expectativas, e a social-democracia seguiu o mesmo rumo de Costa, um pilar fundamental para sustentar o capitalismo português. O “neto de sapateiro e filho de empresário” continuou a dar prioridade à conciliação de classes e à “estabilidade” para a burguesia continuar a lucrar. Estendeu a passadeira vermelha à AD: escusou-se a fazer oposição consequente no último ano — deixando esse papel para Ventura —, votando frequentemente ao lado do governo, passando um orçamento de Estado que considerava “ser de direita”, e dando-lhe a mão nas duas moções de censura que enfrentou com dificuldades devido ao caso Spiumviva. Pela boca de PNS o partido adoptou um discurso mais agressivo contra os imigrantes, de apoio a privatizações na saúde e na TAP e de aumento de gastos para a NATO e militarização europeia.

Uma viragem à direita que continuou durante o período eleitoral. O PS não foi capaz de apresentar uma única medida progressista que pudesse animar a classe trabalhadora a votar em si. Virou o discurso para as camadas médias recuadas, apresentando-se como o partido responsável e poupadinho, cujo programa “realista” custava metade do da AD, tentando captar um eleitorado que nos últimos anos se radicalizou à direita e extrema-direita e virando as costas por completo à classe trabalhadora mais pobre e precária. Os ataques do PS aos professores e trabalhadores da saúde — e os subsequentes descongelamentos e insuficientes aumentos salariais que a AD

se viu obrigada a fazer no último ano para manter a paz social — fizeram com que essas camadas do funcionalismo público virassem para o PSD. Em desespero, ao ver as sondagens, nos últimos dias da campanha PNS apelou ao voto útil contra a direita. Com tamanha viragem à direita do PS, não havia como funcionar.

Como resultado o PS perde nestas eleições quase 420.000 votos e 20 deputados, já em cima da perda de quase meio milhão de votos nas últimas eleições. Em três anos perde metade dos votos e dos deputados, passando de 2.874.745 a 1.395.000 votos e de 117 a 58 deputados. É uma autêntica hecatombe e o seu pior resultado desde 1985. Será mesmo ultrapassado pelo Chega em número de deputados depois de contados os votos no estrangeiro, passando a terceira força política. Perdendo a segunda eleição no continente, com resultados piores que há um ano, e mais três regionais dos Açores e da Madeira, a PNS não restava outra saída que desistir da liderança. Fê-lo ainda na noite eleitoral, convocando eleições internas às quais não será candidato. Quem quer que seja o novo secretário-geral virá da ala direita e levará o PS a virar ainda mais à direita, procurando mais compromissos com o PSD, e abrindo ainda mais caminho à extrema-direita.

A derrota da esquerda é o resultado do seu abandono das ruas e da falta de um programa anti-capitalista consequente

Nestas eleições tanto o BE como o PCP obtêm o pior resultado da sua história. O BE perde 163.000 votos — mais de metade dos 282.000 conseguidos em 2024 — e 4 deputados, ficando reduzido a 120.000 votos e 1 deputada, a líder Mariana Mortágua por Lisboa. A CDU continua a cair e passa de 205.000 para 180.000 votos, uma perda de 25.000 votos e um deputado, não conseguindo reeleger António Filipe em Lisboa.

“A esquerda tem uma grande derrota e é importante assumi-la” disse Mariana Mortágua no seu discurso da noite eleitoral. Mas mais importante que assumi-la, é compreendê-la e fazer uma crítica aos erros cometidos. A direção do PCP escuda-se — apesar de não o dizer claramente — atrás da “falta de consciência de classe” da população; a do BE nos “tempos que calhamos viver” de avanço da extrema-direita a nível internacional. Nem a primeira é verdade nem o avanço da extrema-direita é uma inevitabilidade dos tempos ou uma explicação em si mesmo. Estas direções procuram desviar a atenção da causa principal para a derrota: o rumo por si tomado na última década, de apoio à social-democracia — pilar do sistema capitalista —, de conciliação e colaboração de classes, de cretinismo parlamentar em vez da confrontação nas ruas e da organização de baixo para cima, abandonou uma posição de classe consequente, conformando-se em pedir reformas mínimas que não questionam o capital e, portanto, não podem garantir uma vida melhor para a classe trabalhadora.

Nas eleições de 2015, após os enormes

ataques do governo PSD-CDS à classe trabalhadora, o BE e PCP conseguiram em conjunto o melhor resultado para a esquerda em décadas, com quase um milhão de votos e 36 deputados. Mas nesse momento fizeram uma aliança com o PS onde se limitaram a gerir as escassas migalhas do capitalismo e a ser a muleta esquerda da social-democracia sem questionar seriamente nenhuma das suas políticas. Durante quatro anos, enquanto se mantinha o essencial da austeridade, estas direções tudo fizeram para manter a paz social, perdendo a sua autoridade política. Nas eleições de 2019 foram duramente castigadas por isto. E mesmo com o fim da Geringonça, não houve qualquer mudança na atitude destas direções, tendo sido ainda mais penalizadas em todas as eleições desde então. Hoje, entre ambas formações, concentram apenas 300.000 votos e escassos 5% do eleitorado.

Perante os duros ataques da AD à classe trabalhadora — em particular aos imigrantes — e aos serviços públicos, a atuação das direções da esquerda não mudou substancialmente. Face a uma clara polarização social e radicalização de parte substancial da juventude à esquerda, estas direções continuam a favorecer o parlamentarismo e não impulsionando um movimento de massas nas ruas. Deixam as ruas ao abandono, fazendo com que sejam organizações mais pequenas a garantir a luta contra a crise da habitação e as demolições de habitações auto-construídas, a crise climática, o machismo e a queerfobia, o racismo e até contra as manifestações cada vez mais audazes de fascistas!

Mais ainda, continua a faltar-lhes um programa consequente que questione sem complexos a existência do capitalismo. A esquerda, em particular o BE, tentou fazer da habitação a sua bandeira nestas eleições. O BE pedia um teto às rendas sem um valor concreto e o PCP 1% do orçamento de Estado para mais construção pública. Medidas incapazes de resolver a crise da habitação e que evitam entrar na questão central: a necessidade de conceber um plano para a habitação pública que colocasse como prioridade a expropriação das milhares de casas vazias usadas para especulação pelos fundos imobiliários. Mas não concebem ultrapassar a linha sagrada da propriedade privada. Ao tentar conter as suas medidas ao estritamente possível em capitalismo sem comprometer os lucros da burguesia, estas direções não conseguem dar resposta às necessidades da população. São completamente ultrapassadas pela classe trabalhadora e juventude radicalizadas que exigem medidas avançadas e concretas que resolvam os seus problemas já.

O Livre, adoptando um discurso anti-fascista mais aguerrido e de confronto direto com Montenegro e Ventura nos debates, conseguiu a simpatia de algumas camadas. Ganhou 45.000 votos e atingiu os 250.000, passando de 4 a 6 deputados. Mas temos de ser claros: apesar de poder ter atraído algum eleitorado de esquerda, longe de ser anti-capitalista é um partido europeísta, militarista e pró-NATO, com posições muito recuadas em relação à Palestina — defende a solução de dois Estados, fronteiras de 1967,



ta histórica da esquerda.

ÁRIA PODE COMBATER A REACÇÃO!

que o Hamas é terrorista... — e tendências liberais, composto essencialmente por pequena-burguesia, em particular académica, e sem qualquer trabalho sindical ou tradição de luta nas ruas. Não é nenhuma alternativa para a classe trabalhadora e a juventude, e por isso mesmo, muito mais tolerado pela direita e pelo seu comentariado.

A direita e extrema-direita avançam

Após as eleições de 2024, num governo minoritário, temendo a resposta da classe trabalhadora se lançasse um ataque frontal, o PSD elegeu os trabalhadores imigrantes — camada mais oprimida, sem direitos políticos, incluindo o voto — como o grupo a atacar. Em tempo recorde passou um pacote de medidas para dificultar a imigração legal, facilitando com que a maioria dos imigrantes permanecessem ilegais no país. Adoptou a retórica e métodos da extrema-direita, usando a polícia racista e fascista para fazer operações cujo principal objectivo era intimidar e desumanizar os imigrantes perante o resto da população. Esta política é uma resposta às necessidades materiais de vários sectores da burguesia e pequena-burguesia que dependem de manter os trabalhadores imigrantes em condições de escravidão ou semi-escravidão para garantir os seus lucros. O PSD convenceu estes sectores e o funcionalismo público que defendia melhor os seus interesses do que o PS. Foi assim que, aliado ao erro da esquerda, em pouco mais de um ano de governo, e apesar da crise espoletada pela corrupção de Montenegro, a AD ganha 140.000 votos e 9 deputados, totalizando 1.950.000 votos e 89 lugares.

Em Portugal, como no resto da Europa, a social-democracia e a direita tradicional levaram adiante o apoio militar, económico e diplomático ao regime fascista de Zelensky e ao regime sionista genocida de Netanyahu; o aumento dos gastos militaristas a pedido da NATO e agora da União Europeia para um rearmamento do bloco; os ataques aos direitos dos imigrantes, das mulheres e pessoas queer, direitos laborais e sindicais; a criminalização da luta pró-palestina e anti-fascista; etc. A adoção destes métodos autoritários e a normalização das ideias da extrema-direita abriram as portas para o avanço eleitoral e nas ruas da extrema-direita. Tudo isto explica como o Chega acabou por ser o principal vencedor das eleições. Com mais 175.000 votos e 8 assentos, consegue 1.345.000 votos e 58 deputados. Iguala o PS em número de deputados e irá certamente ultrapassá-lo com a contagem dos votos dos emigrantes.

Há eleitorado das camadas mais recuadas da classe trabalhadora a votar Chega. Perante a decomposição social e o avanço da crise capitalista, a (falsa) retórica anti-sistema conecta com as camadas mais pobres da população, a quem o sistema capitalista e os governos do PS e PSD só trouxeram miséria. Não por acaso o Chega conquistou vários dos concelhos mais pobres no centro e sul do país, como em Portalegre, Beja ou Faro, abandonados durante décadas pelos partidos tradicionais. Mas o grosso do voto no Chega continua a vir dos secto-

res mais reacionários da sociedade — patrões, pequena-burguesia, senhorios, latifundiários, polícias, etc. —, cheios de machismo e racismo, que olham com pavor para a radicalização da juventude e dos trabalhadores, para todos os avanços do movimento feminista, anti-racista, antifascista e a possibilidade de movimentos revolucionários que afectem diretamente a sua posição material e privilégios.

Perante estes resultados eleitorais, a solução da burguesia será que Marcelo volte a nomear Luís Montenegro para formar um governo minoritário com a possibilidade de fazer acordos com Chega e PS. Com a viragem à direita do PSD e o crescimento e normalização do Chega, as vozes do PSD contra as “linhas vermelhas” serão cada vez mais numerosas. Com a grande derrota da esquerda no parlamento e o avanço da crise capitalista a burguesia pode mesmo vir a optar por uma coligação PSD-Chega para levar a cabo ataques brutais à classe trabalhadora para garantir os seus lucros e impor os gastos com o rearmamento europeu.

O que é certo é que a instabilidade política vai continuar porque também a crise capitalista se vai continuar a agravar, especialmente perante uns EUA em desespero face à perda da sua hegemonia imperialista. A economia portuguesa, construída em grande parte sob serviços, especialmente no sector do turismo, será duramente afectada perante a crise. Também a indústria, parte significativa da qual serve o sector automóvel europeu, está em dificuldades face às tarifas estado-unidenses mas principalmente à superioridade das companhias chinesas e já várias fábricas anunciaram o encerramento ou lay-offs. Neste último trimestre a economia portuguesa já teve a maior queda desde a pandemia, e a tendência é piorar. A pobreza vai continuar a aumentar, a crise da habitação vai criar mais população sem-abrigo, a crise do ensino mais alunos sem aulas, a crise do SNS mais mortos — principalmente entre mães e bebés. Perante

tamanha crise social é difícil imaginar como possa o novo governo, quaisquer que sejam os acordos que faça, levar o mandato até ao fim.

Contra o sistema capitalista e a extrema-direita, construir o partido revolucionário!

Sem dúvida que os resultados eleitorais representam uma grande alteração na correlação de forças entre a esquerda e a direita no parlamento. Abre-se um período difícil, em que os sectores mais reacionários se vão sentir encorajados a avançar nos seus ataques à classe trabalhadora, e em particular às minorias, tanto nas instituições como na rua. Mas se é verdade que estas eleições foram um duro golpe para a classe trabalhadora e para a juventude, é igualmente verdade que os resultados eleitorais são sempre uma fotografia momentânea e distorcida da luta de classes, subestimando a verdadeira força da nossa classe. Mais que nunca, há que ter bem presente que o parlamento, as câmaras municipais, os tribunais, etc, são instituições burguesas. Querer fazer delas o palco principal de luta foi um dos maiores erros das direcções de esquerda nas últimas décadas.

Onde a nossa classe mostra de facto a sua força é nas greves gerais e manifestações multitudinárias, na sua organização nas ruas e locais de trabalho. Em Portugal, apesar dos erros das direcções de esquerda, a classe trabalhadora está longe de ter sido derrotada. As greves alastram-se a todos os sectores e aumentam de tom — como a recente greve da CP de vários dias e adesão de 100% —; sucedem-se as grandes manifestações em defesa dos direitos dos nossos irmãos imigrantes, do povo palestino, das mulheres e pessoas queer, dos estudantes e pelo clima, etc. As manifestações do 25 de Abril e 1º de Maio dos dois últimos anos foram das mais participadas e combativas de que há memória. Tudo isto pro-

va como a classe trabalhadora e a juventude têm vontade de lutar por uma vida digna e contra os ataques e avanço da direita e da extrema-direita.

Cada vez maiores camadas da população compreendem que a social-democracia, o reformismo, o parlamentarismo, não são vias através das quais consigam melhorar a sua condição de vida, travar os ataques da burguesia ou a ascensão do fascismo. Assim como compreendem que não existe nenhuma “direita democrática”, mas apenas fiéis servos dos amos capitalistas que não hesitarão em aproveitar-se dos erros das direcções de esquerda para atacar os direitos democráticos que a classe trabalhadora arrancou à burguesia pela luta. Enquanto a burguesia tiver o controlo dos meios de produção, o controlo do Estado, das suas instituições e forças de repressão, todos os avanços conseguidos são limitados e estão em perigo.

Garantir salários dignos, habitação, saúde e educação públicas, gratuitas e de qualidade, direitos plenos para imigrantes, mulheres e pessoas queer e uma solução para a catástrofe ambiental exige a extinção da burguesia enquanto classe, expropriando-a e colocando toda a riqueza da sociedade sob o controlo e gestão democrática da classe trabalhadora e ao serviço da população. Não há meios caminhos. Não há “mal menor”. Na fase atual de decadência capitalista, à classe trabalhadora só restam duas vias: socialismo ou barbárie fascista. A tarefa do momento é construir o partido revolucionário capaz de unificar todo o potencial da nossa classe num movimento de massas para destruir a burguesia, os seus lacaios e o seu Estado e construir o Socialismo.

Junta-te à Esquerda Revolucionária para construir o partido da revolução socialista!





Greve da CP Paralisa o País e Mostra Caminho para a Luta

Miguel Askatasunera - Esquerda Revolucionária

De 7 a 14 de maio os trabalhadores da CP realizaram greve total até dia 10, paralisando completamente os comboios, e em regime parcial a partir de dia 11. Ao longo dos últimos meses, os trabalhadores dos comboios têm levado a cabo greves, mas nunca de forma tão ampla e de tão longa duração quanto esta. 14 sindicatos juntaram-se para decretar esta greve, e a adesão foi de 100%. E os efeitos fizeram-se sentir: com os comboios paralisados, causaram-se grandes constrangimentos aos transportes públicos das periferias para o centro das cidades. A luta dos trabalhadores dos comboios não pôde continuar a ser ignorada pela comunicação social burguesa.

Esta greve aponta o caminho para a classe trabalhadora, numa altura em que a direita cresce e os métodos reformistas fracassam redondamente. Mas também expõe fragilidades que têm de ser superadas para enfrentar a ofensiva patronal e o seu Estado.

Uma Greve Contra a Precarização e os Ataques da Direita

Esta greve surgiu após a administração da CP romper unilateralmente um acordo alcançado com os sindicatos no final de 2024 que previa uma nova grelha salarial, repondo as diferenças em relação ao salário mínimo nacional existentes em 2018. Em abril, a empresa recuou, reduzindo o bolo dos prometidos aumentos de 12.4 milhões de euros para cerca de 3 milhões, além de adiar o seu início por mais seis meses.

A isto somam-se outros ataques do Governo contra os trabalhadores ferroviários ao longo dos últimos meses – destacando-se as declarações caluniosas do Ministro da Presidência, António Leitão Amaro, que sugeriu que os acidentes ferroviários se deviam a consumo de álcool por parte dos maquinistas. Um insulto grave aos maquinistas,

e contra os próprios utentes, que sofrem a maior sinistralidade ferroviária da Europa devido a uma infraestrutura degradada por décadas de desinvestimento.

Face a esta intransigência, os 14 sindicatos de trabalhadores dos comboios lançaram o pré-aviso de greve, com semanas de antecedência, exigindo o cumprimento do acordo. Pediram uma reunião com o Governo – e foram ignorados. Depois de terem causado esta greve, ao não cumprir o acordo firmado com os sindicatos, o Governo refugiou-se na sua condição de governo de gestão para se recusar a resolver o conflito, tentando depois usar a greve como arma de arremesso na campanha eleitoral.

A Direita Ameaça o Direito à Greve!

Desde o início, os sindicatos denunciaram o plano do governo da AD com estas manobras traiçoeiras e burocráticas: o de preparar o terreno para a privatização da CP, como já fizeram com tantas outras empresas públicas, nomeadamente a TAP. A cartilha é conhecida: asfixiar empresas estáveis, lucrativas e estratégicas, sabotar a sua gestão, para justificar entregá-las de barato aos seus amigos e patronos capitalistas.

Com a eclosão da greve, e perante a revolta dos utentes, em particular dos trabalhadores das periferias que dependem dos comboios para se deslocarem diariamente para o trabalho – consequência direta do desinvestimento no transporte público alternativo, e no desinteresse do Governo em aliviar esta situação – a direita intensificou os ataques, visando agora o próprio direito à greve.

Luís Montenegro acusou a greve de ser “injusta”, e admitiu a possibilidade de se mexer na lei que regula o direito à greve. Mais tarde, clarificaria que as greves não podem ter “uma prevalência tal que o país pare, literalmente”, acusando a greve de lesar outros direitos, e que “um dia vão ter de pôr cobro a isto”. Rui Rocha, da IL, re-

forçou: “não há leis intocáveis”.

Estas ameaças ganham peso face à nova composição parlamentar. A direita tem agora uma supermaioria de dois terços, o que lhe permite alterar legislação, e mesmo a Constituição, sem ter de colaborar com a esquerda. Mas mesmo Pedro Nuno Santos, em plena viragem à direita, tinha já admitido “refletir sobre a lei da greve”.

Por mais que Montenegro afirme que o direito à greve “não está em causa”, a sua palavra não vale de nada, quando na mesma frase jura a pés juntos que o Governo fez “tudo para evitar” a greve, quando na realidade foi o Governo que a causou.

A classe trabalhadora tem de preparar-se para um período difícil, em que todos os nossos direitos estarão sob ataque – e não poderá contar com qualquer defesa dentro do sistema parlamentar burguês. Resta-nos uma única e a principal arena de combate: a rua.

Preparar a Greve Contra o Novo Governo

Se a direita é tão feroz nos ataques a esta greve, é porque esta a fez tremer. Uma greve de sete dias, com adesão de 100%, que paralisa completamente a ferrovia nacional, é uma demonstração de força tremenda. Lembra-nos, e aos patrões, o poder da classe trabalhadora: sem esta, nenhuma indústria ou serviço da preciosa economia capitalista pode operar.

Mas se vamos usar essa arma, temos de nos preparar para o combate. O próximo Governo será, inevitavelmente, um governo de ataque, um governo de cortes, de privatizações e de austeridade. Um governo que terá na mira a privatização de tudo quanto possível, e recortes nos direitos e nos salários de todos os trabalhadores. Este governo terá de ser combatido com uma greve ainda mais ampla, unificada e determinada.

É urgente ultrapassar as divisões de ofício e trazer os trabalhadores das empresas subcontratadas — como dos bares da CP, também em luta nos últimos anos — e as convocatórias burocráticas de cima para baixo. Para tal, é fundamental convocar já uma assembleia de trabalhadores, que decida democraticamente os próximos passos, mobilize forças e revitalize a luta.

Um dos principais erros desta greve foi não ter procurado aproximar os utentes dos transportes públicos, a esmagadora maioria de classe trabalhadora, à sua luta. Milhares de pessoas, dependentes do comboio, viram-se encurralados nas estações sem aviso ou explicação, exceto aquela dada pela patronal e pelo Governo: a de que os sindicatos são responsáveis pelo caos. Isto abriu espaço para a ofensiva política contra o direito à greve.

Para evitar o isolamento é necessário retomar os métodos históricos de luta de classe trabalhadora: piquetes, propaganda, agitação. É preciso estar nas estações, distribuir panfletos, explicar os motivos da greve. É necessário envolver os utentes — trabalhadores como os da CP — e mostrar que esta luta toca a todos. Sem isso, os meios de comunicação burgueses ocupam todo o espaço e viram a opinião pública contra os grevistas. Uma classe trabalhadora informada e solidária compreenderia os verdadeiros motivos, não cairia nas mentiras e colocar-se-ia do lado dos grevistas.

Na próxima greve estes erros não se podem repetir. Os sindicatos devem-se unir para organizar assembleias democráticas de trabalhadores de toda a empresa, dinamizar os piquetes, e promover a agitação e a imprensa independente da classe trabalhadora. Só assim se constrói uma força capaz de fazer frente ao Governo e aos patrões.

A Igreja Católica nunca deixou de ser uma das organizações mais reacionárias do planeta

Carlos Ochoa e Carlos Ramírez – Izquierda Revolucionaria (Estado espanhol)

Na quinta-feira, 8 de maio, após dois dias de conclave e quatro votações, o cardeal estado-unidense Robert Francis Prevost foi nomeado o novo papa, substituindo Francisco, que faleceu a 21 de abril.

Jornalistas, comentadores e líderes políticos, conservadores e progressistas, de diversos países, ocupando incontáveis horas de televisão, rádio, imprensa e plataformas online, bombardearam-nos, numa mistura de desejo, esperança e certeza, com a ideia de que Leão XIV, o nome escolhido pelo novo pontífice, dará continuidade ao "caminho das reformas" iniciado pelo papa Francisco. Essa campanha ensurdecadora tenta ocultar, sem sucesso, o facto de que a Igreja Católica foi e continua a ser uma das organizações mais reacionárias do planeta.

O "legado" de Francisco

Após a eleição de Jorge Mario Bergoglio como papa, em março de 2013, seguiu-se um dilúvio de elogios ao novo ocupante do "trono de São Pedro". Esses elogios acolheram o homem que nos foi apresentado como um pontífice corajoso que, com espírito reformador, conduziria a Igreja Católica ao século XXI.

Para dar credibilidade à manobra, os ideólogos e criadores da imagem do novo papa tentaram enterrar alguns episódios obscuros do passado do ex-presidente da Conferência Episcopal Argentina, de 2005 a 2011. Entre estes destaca-se a sua cumplicidade no sequestro dos padres jesuítas Francisco Jalics e Orlando Yorio, perpetrado pela ditadura, em 1976. Ele também teve que depor duas vezes como testemunha em casos de crimes contra a humanidade; a primeira em 2010, no julgamento do mega-caso da ESMA (Escola de Mecânica da Marinha)[1]. A segunda em 2011, num julgamento sobre o esquema sistemático de roubo de bebés. Além disso, Francisco, na

altura ocupando o cargo mais alto da Igreja Argentina, desempenhou um papel de liderança na tentativa de encobrir o padre Julio César Grassi, acusado e condenado a 15 anos de prisão por abuso sexual de crianças.

Após a morte de Francisco, esta campanha de louvor ganhou força renovada.

Um bom número de representantes políticos da "esquerda" institucional participaram com entusiasmo nesta campanha. Insistem em destacar o legado deixado pelo papado de Francisco e expressam a sua esperança de que Leão XIV o continue.

Mas qual foi realmente o legado de Francisco? Onde estão os novos rumos que a Igreja tomou e as supostas reformas que ele implementou? Para lá dos gestos e das muitas palavras vazias que Francisco nos dirigiu durante os seus 12 anos de papado, tudo permanece igual na Igreja Católica. A sua posição como um dos pilares sobre os quais se apoia a ordem estabelecida, o sistema capitalista que gera e perpetua a desigualdade, a pobreza e a injustiça, continua mais forte do que nunca.

O papa anterior nunca questionou os dogmas profundamente reacionários que caracterizam a Igreja. O Vaticano continuou a liderar e administrar esta instituição com base na misoginia medieval, na transfobia e na queerfobia. O fardo "eclesiástico" que oprime as mulheres, a comunidade queer e as pessoas trans permanece firmemente arraigado após o papado de Francisco. As próprias declarações do papa argentino são muito esclarecedoras e não deixam lugar para dúvidas.

Em relação ao aborto, a sua mensagem é clara. No auge das mobilizações de centenas de milhares de mulheres na Argentina, ele equiparou o aborto a homicídio e comparou os médicos que o realizam a assassinos contratados. Abortar seria como "contratar um sicário para resolver um problema".

Entre as suas inúmeras piscadelas, Ber-

goglio disse numa entrevista que a homossexualidade não era um "crime" (deixando claro que a Igreja há muito a tomava como tal, e que em muitos países ainda a considera), apenas para imediatamente afirmar que era um "pecado". Numa outra entrevista, também declarou: "Devemos ser exigentes. Nas nossas sociedades, parece até que a homossexualidade está na moda, e essa mentalidade, de alguma forma, também influencia a vida da Igreja." Ele quis dizer a mesma coisa, mas de forma mais concisa, quando observou numa conversa privada que "já há demasiada homossexualidade nos seminários".

Num documento do Vaticano publicado e assinado pelo papa ele falou sobre pessoas trans, explicando que o sexo é um dom irrevogável de Deus, "portanto, toda a operação de mudança de sexo, regra geral, corre o risco de violar a dignidade única que a pessoa recebeu desde o momento da concepção". Nada de novo. A mesma ideologia transfóbica que a Igreja sempre defendeu.

Sobre o genocídio em Gaza disse na sua última homilia: "Sinto-me próximo do sofrimento dos cristãos na Palestina e em Israel, bem como de todo o povo israelita e palestino. É preocupante o crescente clima de antissemitismo que se espalha pelo mundo." A mesma retórica de sempre e o pacifismo indecente, falso e hipócrita que iguala vítimas e opressores.

A tão alardeada tolerância zero ao abuso sexual dentro da Igreja foi reduzida a um gigantesco exercício de hipocrisia. Sarah Pearson e Peter Eley, líderes do Conclave Watch (uma iniciativa global liderada por membros da Rede de Sobreviventes de Abusados por Padres (SNAP)), insistem que Francisco não mudou nada fundamental em relação aos abusos. De facto, dos 133 cardeais que deliberaram e elegeram Leão XIV ao trono de São Pedro, pelo menos 26 foram denunciados como cúmplices e encobridores de crimes sexuais pela SNAP e por organizações de vários países. Entre eles, estão dois argentinos próximos a Bergoglio. A lista expõe a natureza insubstancial do papado de Francisco na "luta contra os abusos".

Leão XIV, um papa para tentar continuar com as aparências

A 25 de março, Robert Francis Prevost foi denunciado perante o Vaticano pela SNAP e pela Nate's Mission por encobrir abusadores tanto nos Estados Unidos quanto no Peru. Alguns meios de comunicação estão a descartar essas acusações como invenções ou farsas da extrema-direita, apesar do rigor demonstrado até agora pela SNAP, das evidências apresentadas e da credibilidade impecável conquistada ao longo de anos de atividade.

Por outro lado, Prevost, que esteve no Peru até 2023, limitou-se a fazer apelos genéricos por "paz" e "reconciliação" após o golpe de Estado contra Pedro Castillo em dezembro de 2022, sem denunciar a repressão brutal que causou inúmeras vítimas. Além disso, em janeiro de 2023, juntamente com ou-

tros bispos, encontrou-se cordialmente com a presidente golpista, Dina Boluarte, que visitou a sede da Conferência Episcopal Peruana em busca de aliados.

Como no caso de Francisco, há uma campanha ruidosa para encobrir todos esses factos, tentando enterrá-los sob as toneladas de elogios ao novo pontífice.

O Cardeal Jorge Mario Bergoglio, Papa Francisco, foi eleito num contexto em que a Igreja Católica se encontrava mergulhada numa profunda crise. Escândalos de corrupção e conflitos entre facções assolavam a instituição, e Ratzinger, Bento XVI, era incapaz de lidar com a situação. O objetivo era dar à Igreja de Roma uma nova fachada, lavar-lhe a cara e tentar restaurar algum prestígio a uma instituição completamente podre e em decadência.

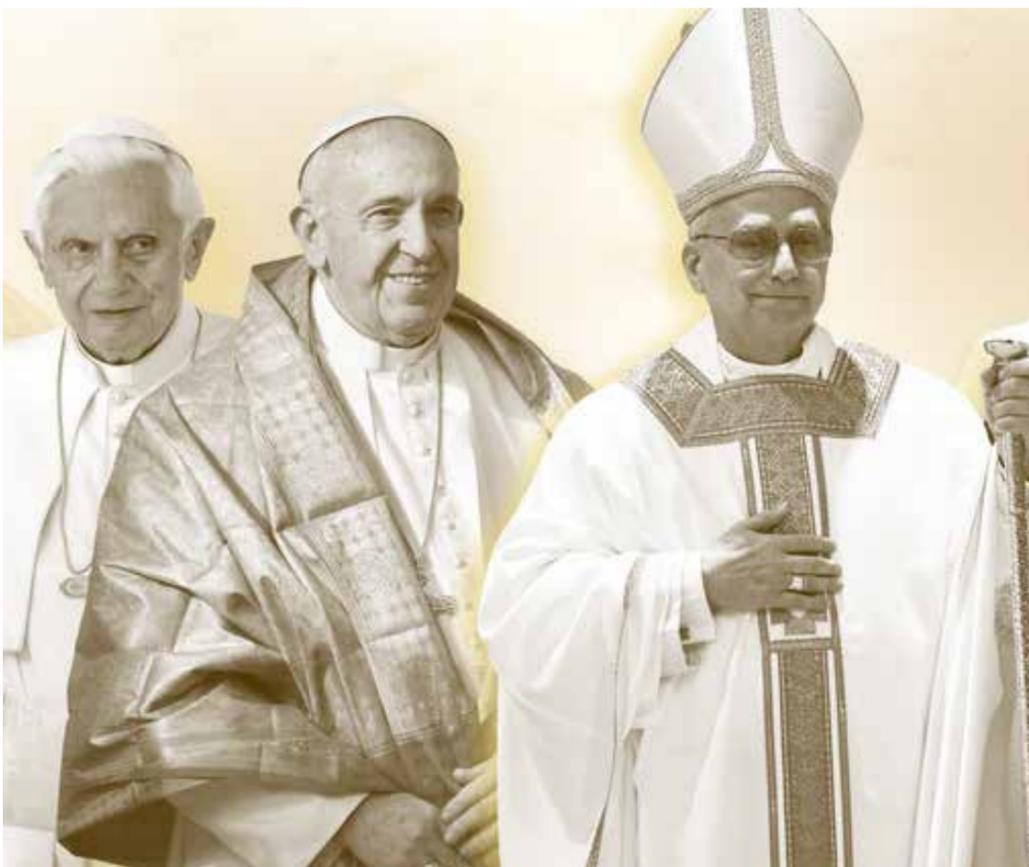
A eleição de Leão XIV parece indicar que este é o caminho que a alta hierarquia eclesiástica pretende continuar a seguir. Os autoproclamados progressistas consideram o nome papal "Leão" a prova de que o primeiro papa estado-unidense será um defensor resolutivo dos mais necessitados, seguindo os passos do Papa Leão XIII, que a historiografia oficial transformou num defensor dos trabalhadores.

Leão XIII (papa de 1878 a 1903) foi o autor da encíclica Rerum Novarum, na qual abordou a difícil situação dos trabalhadores. Mas a motivação central dessa encíclica era, usando a linguagem da classe trabalhadora, distanciar os trabalhadores das ideias socialistas, que estavam em ascensão na época.

O fortalecimento ideológico e organizacional da classe trabalhadora era fonte de profunda preocupação para os capitalistas e os seus servos. Leão XIII publicou esta encíclica com o objetivo de socorrer a classe dominante, tentando bloquear o caminho da luta dos trabalhadores pelo socialismo. Publicada em 1891, é um apelo à "paz social" e defende que "a teoria socialista da propriedade colectiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles membros a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade pública. Fique, pois, bem assente que o primeiro fundamento a estabelecer por todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo é a inviolabilidade da propriedade [privada]."

Bergoglio não conseguiu deter o declínio da Igreja Católica Romana, nem a sua profunda crise de credibilidade, que não pode ser dissociada da crise do capitalismo. Leão XIV também não terá sucesso, não importa quantos truques empregue e quanta ajuda receba daqueles que, a partir de posições supostamente esquerdistas, nada mais são do que servos do sistema e de suas instituições.

[1] A ESMA foi o maior centro clandestino de detenção, tortura e extermínio da ditadura militar argentina.



ENCHER AS RUAS CONTRA O GENOCÍDIO DO POVO PALESTINIANO!

Esquerda Revolucionária Internacional

Um holocausto patrocinado por Washington e Bruxelas.

"Quando Gaza estiver completamente destruída, os seus cidadãos concentrar-se-ão a sul do corredor de Morag e começarão a partir em grandes grupos para outros países", respondeu o ministro das Finanças israelita, Bezalel Smotrich, à pergunta sobre quando terminará a Operação Carruagens de Gideão, a nova espiral de morte e destruição desencadeada pelo Estado sionista em Gaza. O próprio Netanyahu não hesitou em defini-la como a "solução final". O mesmo termo utilizado pelos nazis quando enviaram milhões de judeus, comunistas e minorias étnicas e religiosas para os campos de extermínio de Auschwitz ou Mauthausen!

Tal e qual os nazis! Netanyahu, apoiado por Trump, organiza um holocausto na Palestina

Os métodos são os mesmos: provocar um verdadeiro holocausto, combinando o assassinio em massa com bombas e balas e o extermínio pela sede, a doença e a fome, para forçar o êxodo de centenas de milhares de palestinos e o internamento de muitos deles em campos de concentração em países terceiros.

O número de mortos diretos ultrapassa os 70.000. Se acrescentarmos as mortes por doença, subnutrição, etc., várias fontes estimam que o número de mortos ultrapassa

os 180.000. Este massacre poderá multiplicar-se nas próximas semanas com a decisão do governo israelita de destruir a maior parte dos sistemas de água potável e de eletricidade e de paralisar os comboios de ajuda humanitária, impedindo que alimentos, água, medicamentos e outros bens de primeira necessidade cheguem a centenas de milhares de pessoas.

Não há pão nas padarias e os profissionais de saúde referem que têm de reutilizar seringas e trabalhar em condições insalubres. Os funcionários da ONU alertam para o facto de 14.000 bebés e 65.000 crianças podem morrer nos próximos dias e semanas.

Encorajados pela cumplicidade ocidental, os planos do governo nazi para "varrer Gaza do mapa" através da Operação Carruagens de Gideão são complementados pelo lançamento da Operação Muralha de Aço na Cisjordânia.

Alguém tão insuspeito de radicalismo pró-palestiniano como o Diretor de Operações Globais do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos denunciou, há dias, que esta operação implica "a integração progressiva da Cisjordânia ocupada no Estado de Israel", numa "situação de apartheid" em que "a linha entre a violência dos colonos e a violência do Estado (israelita) foi completamente esbatida, o que facilita ainda mais a violência e a impunidade".

Estamos perante um holocausto como o que foi organizado por Hitler e Goeb-

bels contra os judeus, transmitido em directo pela televisão em todo o mundo e com o apoio total do governo de extrema-direita de Donald Trump, que continua a fornecer milhares de milhões de dólares e armas ao Estado sionista, e a cumplicidade cínica dos restantes governos ocidentais, a começar pelos da União Europeia.

Um holocausto contra o qual os governos que emitem declarações condenatórias se limitam a verter lágrimas de crocodilo, mantendo relações comerciais e diplomáticas com o regime assassino de Netanyahu. E a razão é muito simples: tal como o regime nazi, este massacre proporciona lucros multimilionários aos grandes bancos e empresas estado-unidenses e europeias.

Um genocídio altamente lucrativo

A máquina de destruição e morte do Estado sionista não poderia ser mantida durante 24 horas sem o financiamento, o capital, o investimento e o comércio fornecidos pelo imperialismo ocidental.

Os planos de Trump para transformar Gaza numa estância de luxo, depois de os palestinos terem sido massacrados e expulsos, não são ilusórios. Trata-se de um projeto há muito acarinhado por especuladores imobiliários, bancos e empresas de construção israelitas, norte-americanos e europeus. A este negócio lucrativo, que será construído sobre o sangue do povo palestino, junta-se a exploração de jazidas de gás e petróleo, o sector agroalimentar e os investimentos na própria indústria militar e

no sector tecnológico ligado à produção de armas e à espionagem. Os fabricantes das bombas, aviões e tanques que arrasam Gaza batem recordes na bolsa, distribuindo dividendos milionários a bancos e empresas de todo o mundo.

Entre 2019 e 2023, vinte bancos europeus concederam 36,1 mil milhões de euros em empréstimos e garantias aos maiores fornecedores internacionais de armas de Israel. Começando com o BNP Paribas de França e continuando com o Crédit Agricole, o Deutsche Bank, o Barclays ou o Citigroup de Nova Iorque, líder do consórcio que financiou a compra dos super-aviões F-35, os mais caros e destrutivos do mercado. Bancos espanhóis como o Santander e o BBVA não podiam faltar nesta lista macabra.

De janeiro de 2020 a agosto de 2023, 776 empresas europeias prestaram apoio financeiro no valor de 164,2 mil milhões de dólares a 51 empresas que operam nos colonatos ilegais na Cisjordânia. Portugal também é cúmplice e já no ano passado exportava mais armas para Israel do que a Alemanha

E ainda temos de ouvir falar do "isolamento internacional" de Netanyahu, das "pressões europeias" e dos seus "esforços para a paz". Que cinismo! Com a mesma mão que assinam as declarações de condenação, assinam os contratos milionários para continuar a massacrar o povo palestino!

Trump procura a cumplicidade dos regimes reacionários do mundo árabe

Como parte da campanha de propaganda para branquear o papel decisivo dos EUA e da UE neste genocídio, os meios de comunicação capitalistas ocidentais apresentam como "prova" de uma mudança na política ocidental em relação a Israel as declarações do primeiro-ministro britânico Starmer, do presidente francês Macron e de outros que ameaçam rever a assinatura de um acordo comercial entre a UE e o regime de Netanyahu. Ou a recente visita de Donald Trump à Arábia Saudita, ao Qatar e aos Emirados Árabes Unidos e o facto anedótico de não ter parado em Telavive para mais uma sessão fotográfica com Netanyahu.

Que falácia, como se Netanyahu precisasse de mais fotos com Trump para continuar, como se não falassem todos os dias, planeando juntos o holocausto em curso! E, acima de tudo, como se o regime nazi não continuasse a receber, dia após dia, o dinheiro da ajuda militar dos EUA, dos negócios de armas e de todos os outros investimentos que lubrificam a sua máquina de matar.

As decisões de Trump, como a suspensão temporária dos bombardeamentos contra os Houthis no Iémen ou a possibilidade de retomar as negociações que ele próprio inte-





rompeu com o Irão, não passam de manobras cínicas típicas do Grande Jogo imperialista. Apostam no adiamento temporário da ofensiva contra outros inimigos para se concentrarem no seu principal objetivo neste momento: o genocídio e a expulsão do povo palestino.

O mesmo se passa com os acordos assinados entre os EUA e as monarquias ultra-reaccionárias do Golfo Pérsico sobre compra e venda de armas e outros planos de investimento. Para além de melhorar a posição competitiva das empresas norte-americanas em alguns países árabes, Trump está a tentar assegurar o apoio destes regimes para suprimir o movimento de massas em apoio à Palestina e para continuar a aceitar submissamente os planos dos EUA e de Israel para a região, como têm feito até agora. Washington e Telavive há muito que consideram planos para a deportação em massa da população palestina para países como o Egito, a Síria ou mesmo a Líbia.

A China e a Rússia desviam o olhar

No entanto, se Trump e Netanyahu conseguiram avançar desta forma, é porque o bloco imperialista rival, a Rússia e a China, estão a olhar para o outro lado e não fazem nada de sério para impedir este massacre.

Embora alguns na esquerda nada digam sobre isto, a China já é o maior parceiro comercial do Médio Oriente como um todo e o segundo maior de Israel. O regime de Xi Jinping limita-se a declarações abstratas de paz e diálogo, enquanto, na prática, está empenhado em manter o status quo e a estabilidade capitalista regional.

O comércio entre Pequim e o Médio Oriente duplicou entre 2017 e 2022, passando de 262,5 mil milhões de dólares para 507,2 mil milhões de dólares. Metade destes investimentos estão concentrados nas monarquias do Golfo: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Kuwait, Barém e Omã, que também fornecem 50% do gás e do petróleo consumidos pelo gigante asiático.

Os acordos pontuais de Trump com estas monarquias são insignificantes em com-

paração com o peso decisivo e os projetos chineses de grande envergadura, que abrangem todos os sectores (portos, transportes, redes eléctricas, alta tecnologia...) e todos os países, incluindo Israel.

No mesmo período, o investimento e o comércio entre a China e o regime sionista passaram de 13,1 mil milhões de dólares para 24,45 mil milhões de dólares, incluindo a compra e venda de tecnologia para a indústria militar, espionagem e repressão, bem como grandes investimentos em portos, transportes e infra-estruturas fundamentais para o funcionamento da máquina de guerra sionista. De facto, entre março de 2024 e março de 2025, enquanto Telavive intensificava o seu genocídio, as exportações chinesas para Israel cresceram 53,1% e as exportações de Israel para a China 48,9%.

Alguns esquerdas estalinista e reformista, que retrata Xi Jinping e Putin como combatentes anti-imperialistas — ou como “bons imperialistas” cujo confronto com Washington “abre espaços para a luta pela paz” e pela “soberania dos povos” —, deveriam responder a estas perguntas. Porque é que a China e a Rússia não romperam relações diplomáticas e comerciais com Israel? Porque é que Pequim não usa o seu poder económico e a dependência de dezenas de países dos seus financiamentos, investimentos e comércio para impor um embargo e sanções contra o regime sionista e os países que comercializam com ele, como Washington tem feito tantas vezes contra países que considera inimigos?

A resposta é simples. A China e a Rússia são potências imperialistas cuja única preocupação é a defesa dos seus negócios e interesses na luta com os EUA por mercados, rotas comerciais e fontes de matérias-primas.

Uma verdadeira luta anti-imperialista em defesa do povo palestino desencadearia um movimento revolucionário de massas no mundo árabe e muçulmano, ameaçando os negócios, projectos e investimentos de milhares de milhões de dólares do regime chinês com as elites capitalistas árabes.

Intensificar a solidariedade

internacionalista!

A única forma de travar o holocausto nazi contra o povo palestino é a que foi demonstrada pela Intifada nos anos 90 do século XX e a que milhões de jovens, trabalhadoras e trabalhadores propõem há meses, saindo à rua em manifestações de massas, organizando acampamentos de apoio à Palestina, bloqueios de carregamentos de armas e campanhas de boicote a Israel.

Hoje, mais do que nunca, só uma mobilização internacional de massas pode travar a “solução final” que Netanyahu e Trump estão a preparar com o apoio de sectores-chave da burguesia sionista e internacional e da extrema-direita mundial. Não é por acaso que os mesmos que se vangloriavam do antissemitismo mudaram-se de armas e bagagens para o sionismo mais brutal, abraçando o seu discurso e programa supremacista e islamofóbico.

As mobilizações de massas em diferentes países árabes, as 500.000 pessoas que se manifestaram em Londres e as 100.000 em Haia ou Madrid nas últimas semanas mostram a enorme força e vontade de lutar que existe entre a juventude e a classe trabalhadora para travar o genocídio sionista e fazer frente às medidas de criminalização e repressão contra o movimento de apoio à Palestina que estão a ser aprovadas pelos governos e parlamentos da “Europa democrática”.

Em Portugal e no resto do mundo multiplicam-se ações em solidariedade com a Palestina. É altura de dar um passo em frente. Temos de transformar toda esta força numa greve geral que paralise a atividade produtiva, desferindo um golpe decisivo contra os governos e as empresas que financiam e sustentam o genocídio. Com o clima de rejeição do sionismo assassino em todo o mundo, uma greve geral tornar-se-ia um ponto de referência e um exemplo a seguir pelos oprimidos do mundo árabe e de outros continentes.

Sabemos que existem muitos obstáculos para alcançar este objetivo, a começar pela sabotagem das burocracias sindicais que

apostam no rearmamento e apoiam as políticas imperialistas dos seus governos. É por isso que é essencial desenvolver uma grande campanha de propaganda e agitação a favor da greve geral, organizando assembleias de massas nos locais de trabalho, nas escolas secundárias e universidades, nos nossos bairros.

Temos de redobrar as manifestações de massas contra o genocídio, mas é essencial que a greve geral seja colocada no centro do discurso. Esta é a tarefa que se coloca aos milhares de activistas e organizações que promovem a solidariedade internacionalista com o povo palestino.

Nem um euro, nem uma bala para o regime nazi de Netanyahu!

Ruptura de todas as relações diplomáticas, militares e comerciais com Israel!

Parem o genocídio contra o povo palestino! É preciso voltar às ruas!





Argentina: Sucesso da greve geral de 24 horas contra Milei.

Continuar a luta até o

Carlos Rodríguez - Esquerda
Revolucionária Internacional

A 10 de abril, aconteceu a terceira greve geral convocada pela Confederação do Trabalho da República Argentina (CGT) e pela Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) desde a tomada de posse de Milei. Esta greve insere-se no que a CGT designou por "jornada de ação" de 36 horas, iniciada na quarta-feira, dia 9, com uma mobilização massiva para o Congresso Nacional em apoio aos reformados e que prosseguiu com a greve geral de 24 horas.

Esta greve surge na sequência da escalada de mobilização social iniciada em fevereiro em resposta às políticas do governo de ultra-direita. As marchas de 1 de fevereiro e de 8 e 24 de março, especialmente após a brutal repressão de 12 de março contra os reformados, fizeram com que a pressão vinda de baixo obrigasse a direção da CGT a convocar esta nova greve.

Greve total e manifestações de massas, apesar da contenção da burocracia sindical

Esta greve demonstrou, mais uma vez, o enorme potencial que existe, a vontade da classe trabalhadora de lutar contra a extrema-direita. Houve uma participação massiva em todo o país e a atividade ficou praticamente paralisada nos bancos, nas empresas públicas e nas grandes empresas. O principal campo de hidrocarbonetos de Vaca Muerta, a grande esperança de receitas petrolíferas da burguesia argentina, cessou a sua atividade. Os transportes aéreos funcionaram a 45% da sua capacidade, uma vez que os controladores de tráfego aéreo foram forçados pelos serviços mínimos impostos pelo governo. Mesmo assim, o pessoal de terra aderiu massivamente à greve e a Aerolíneas Argentinas cancelou mais de 250 voos.

Além disso, as escolas e universidades

públicas permaneceram fechadas durante a jornada, enquanto o sector da saúde manteve um número mínimo de funcionários para atender a emergências. Não houve atendimento ao público em repartições públicas, registos civis e repartições municipais em todo o país, nem entrega de correspondência pelo Correo Argentino.

Os sindicatos dos comboios, o sindicato do metropolitano de Buenos Aires e o sindicato dos taxistas aderiram à greve. O único sindicato que não aderiu foi o UTA, o sindicato dos condutores de autocarros. A direção deste sindicato, de importância capital para parar os transportes rodoviários e urbanos, tem uma política conciliatória com o governo de Milei e os patrões porque o fundo de previdência do sindicato está falido. O trabalho social vem do primeiro governo Perón (1945-1955) e dá aos sindicatos uma parte muito importante nos cuidados de saúde, afectando 46% da população. Os fundos disponibilizados pelo governo para garantir esta assistência têm sido historicamente um dos mecanismos utilizados pela burguesia argentina para controlar e pressionar a burocracia sindical.

Um dos factores centrais que leva a burocracia da CGT a fazer tudo o possível para conter a agitação e a vontade de lutar que existe entre as suas bases é o facto do governo de Milei ter garantido o dinheiro que recebem para o financiamento dos seus sistemas de saúde, que é a sua principal fonte de rendimento. Mas é de salientar que, apesar do boicote da burocracia da UTA, a greve foi retumbante e os autocarros que circulavam estavam vazios, demonstrando a enorme força do movimento operário.

A ofensiva mediática e repressiva do governo fracassa

A reação do governo desde o início foi utilizar os meios de comunicação social e as redes sociais para tentar desacreditar a

greve. Um sinal claro da sua preocupação e nervosismo quanto ao impacto da manifestação. Nos ecrãs dos terminais de comboios, vazios de passageiros, podia ler-se: "Ataque à República. A casta sindical está a atacar milhões de argentinos que querem trabalhar. Se te extorquem ou te obrigam a parar, denuncia-o ao 134".

A ministra da Segurança Nacional, Patricia Bullrich, publicou uma mensagem nas suas redes sociais afirmando que "as ruas já não pertencem àqueles que coagem, pertencem àqueles que trabalham". E acrescentou: "Marchas e greves de massas são coisas do passado. Hoje, os argentinos escolhem fazer um esforço e acompanhar um governo que está a fazer o que é necessário para fazer o país avançar."

Um esforço inútil por parte do governo. A sua campanha brutal de propaganda, de ameaças e de intimidação através do recurso a forças repressivas foi confrontada com a massividade da greve e das marchas nas ruas.

Sob a sombra de um novo acordo com o FMI

Esta mobilização está a ocorrer à sombra de um novo acordo com o FMI que significaria um crédito de 20 mil milhões de dólares para garantir os pagamentos aos credores estrangeiros e ao capital especulativo argentino. Embora os termos ainda não sejam conhecidos, é certo que incluirá a receita habitual deste organismo financeiro controlado pelo imperialismo estado-unidense: mais cortes, privatizações e ataques à classe trabalhadora.

O acordo permitirá ao governo cumprir o prazo de pagamento da dívida pública deste ano, que não teria sido possível cumprir com as suas próprias receitas. No entanto, a guerra comercial com a China desencadeada pelos Estados Unidos vai prejudicar todos os países, e um dos mais afectados se-

rá a Argentina. Os EUA são o seu terceiro maior parceiro comercial, atrás do Brasil e da China. As tarifas de Trump vão atingir mais duramente os elos mais fracos do capitalismo ocidental, incluindo a economia argentina. As tensões financeiras criadas pelas tarifas já fizeram subir novamente a inflação em março. O seu declínio até agora este ano foi a ponta de lança da propaganda do governo, embora continue entre os mais altos do mundo. Por outro lado, o prêmio de risco do país (que tinha sido reduzido em 2024) aumentou 5%, confirmando a Argentina como um dos países em que não é aconselhável investir.

O acordo com o FMI foi concluído após a vigésima viagem de Milei aos Estados Unidos desde o início do seu mandato. Mas esta salvação temporária, longe de estabilizar as finanças públicas, aumenta a dívida do Estado e prepara uma crise económica e política ainda mais profunda nos próximos meses. Uma grande parte do capital estrangeiro já percebeu isso e há anos que se retira do país, liquidando as suas operações e vendendo-as a conglomerados argentinos. A última foi a espanhola Telefónica, que na semana passada anunciou a venda da sua filial argentina ao grupo local Telecom. Alguns dias antes, a alemã Mercedes-Benz fez o mesmo. Seguem os passos das empresas estado-unidenses Exxon Mobile e Procter & Gamble e dos bancos HSBC (Reino Unido) e Itaú (Brasil).

Abaixo Milei! Continuar a luta com uma greve geral de 48 horas e um programa que exproprie a oligarquia!

O sucesso da greve de 10 de abril mostra a força da classe trabalhadora argentina e que é possível reverter os cortes e pôr fim a este governo de extrema-direita e à sua criminosa motosserra. Este êxito deve ser um estímulo para continuar a luta. Não há tempo a perder para voltar a atacar, para utilizar todo o potencial que existe e continuar a



que ele seja deposto!

aumentar a organização do movimento e a confiança na sua própria força. Os últimos meses têm servido para trazer novos sectores das massas impiedosamente atacados pelo governo com o apoio da burguesia. Os reformados, os movimentos queer e feminista, os trabalhadores do sector público... Esta greve elevou o tom geral da luta de classes no país, aumentando o nível de confronto feroz entre as classes.

É muito provável que a burocracia da CGT tente adiar a mobilização e ganhar tempo desviando a luta das ruas para o terreno eleitoral e parlamentar, usando as eleições para o Congresso marcadas para outubro para argumentar que o caminho a seguir agora não é através de novas greves, mas sim minando o apoio parlamentar que Milei tem dos partidos de direita e conseguindo um grupo parlamentar peronista maior. Mas abrandar a luta só pode contribuir para dar oxigénio ao governo quando este está contra a parede.

Nós marxistas não desprezamos o terreno eleitoral. Milhões de jovens e trabalhadores aproveitarão as eleições para expressar sua indignação e atacar este governo de extrema direita. Mas por trás da motosserra de Milei está a crise do capitalismo mundial e argentino. Também a decisão da classe dominante de tentar quebrar o movimento operário e os oprimidos como um todo, fazendo retroceder os seus direitos durante décadas.

A única coisa que pode derrubar Milei e derrotar esses planos é manter e intensificar a mobilização nas ruas. Será muito difícil para a burocracia sindical conter a pressão social, especialmente quando chegarem as condições impostas pelo FMI para o novo empréstimo. Um novo ataque de Milei poderia desencadear uma revolta social como o "Argentinazo".

Tanto a burguesia quanto o peronismo

querem desarmar essa perspectiva, mas o movimento de massas está mais uma vez apontando nessa direção. A tarefa da esquerda militante na Argentina é impulsionar nessa direção, agitando a continuação da luta com uma nova greve geral de 48 horas que envolva mais sectores das massas. Junto com os trabalhadores sindicalizados, também 50% da população que vive da economia informal.

Ao mesmo tempo, há que ser apresentada uma saída revolucionária. Um programa que defenda de forma clara e decidida o

fim do capitalismo na Argentina. Para isso, as alavancas básicas da economia (os bancos e as grandes empresas) devem ser nacionalizadas sob o controlo da classe trabalhadora. E, juntamente com isso, promover desde já a auto-organização das massas em assembléias e comités de ação em cada bairro e em cada centro de trabalho ou estudo, para lutar contra a miséria e a escassez, dando-lhes uma coordenação local, regional e nacional.

Esta é a única forma de continuar a impulsionar a mobilização, de impedir que

seja travada ou descarrilada e de derrubar o fascista Milei e o seu governo de extrema-direita. Mas também para dar uma perspectiva mais ampla às massas: a da luta por uma Argentina socialista, que é a única saída do poço sem fundo da crise capitalista, organizando a partir da base um novo Estado operário contra este Estado burguês podre, corrupto até ao âmago, organizado para servir a oligarquia sob uma fachada de falsa democracia.





Fascismo nunca mais!

Centenas de milhares enchem as ruas contra a direita e a extrema-direita.

Comité Executivo da Esquerda Revolucionária

Várias centenas de milhares de pessoas voltaram a encher as ruas para celebrar a Revolução Portuguesa e relembrar a sua força, legado e atualidade na luta contra a direita e a extrema-direita.

Em Lisboa, marcharam mais de 200 mil pessoas, no Porto mais de 10 mil e muitos outros milhares nas principais cidades do continente e ilhas. Era palpável a energia e combatividade dos participantes que, quer integrando as centenas de associações, sindicatos e organizações políticas quer em pequenos grupos de amigos e familiares, se ouviram em uníssono gritando “fascismo nunca mais!”.

Mas, mais além da celebração a que o regime quer limitar esta data, a classe trabalhadora e a juventude voltaram a sentir a necessidade de sair à rua e de se manifestar contra o perigo da extrema-direita. O seu crescimento representa uma ameaça real para a classe trabalhadora no geral e em particular para os imigrantes, pessoas queer, mulheres e para todos os que lutam por uma vida melhor. Por isso mesmo, pelo segundo ano consecutivo, o desfile popular em Lisboa foi não apenas massivo, mas mais combativo, mais politizado e mais aguerrido do que em anos anteriores. Exigiu-se mais habitação, saúde e educação para todos, direitos iguais para todos, paz na Palestina e o fim às guerras imperialistas.

A direita e a extrema-direita contra-atacam

Cinquenta anos das primeiras eleições burguesas livres e universais no nosso país, as ameaças aos nossos direitos têm-se multiplicado desde a tomada de posse do gover-

no da AD e da eleição de 50 fascistas para o Parlamento. O exemplo mais gritante é a campanha racista de terror policial montada contra os moradores dos subúrbios de Lisboa e contra os trabalhadores imigrantes, mas também a crise de habitação, saúde e educação que este governo nunca será capaz de resolver a nosso favor.

Este ano, o governo da AD recorreu a uma manobra burocrática para atacar o 25 de abril. Invocando o período de luto nacional pela morte do Papa, o governo — e algumas autarquias — cancelou as festividades associadas à data. Não é de estranhar que o façam, tendo em conta o ódio que a burguesia e as antigas elites nacionais nutrem pela Revolução Portuguesa que acabou com o fascismo e que nacionalizou a larga maioria da economia nacional, incluindo a banca, os latifúndios e a grande indústria.

Além disso, o governo — e o regime saído do golpe contra-revolucionário de 25 de novembro — convive extremamente bem com a existência da extrema-direita quer dentro do Parlamento quer fora. Prova disso foi o ataque que uma centena de neonazis do Ergue-te e 1143 foram capazes de executar no Rossio (Lisboa) contra os manifestantes que celebravam o 25 de abril. Aos gritos de “Salazar!” este bando de energúmenos fascistas contou com a total passividade e conivência da polícia que se encontrava a escassos metros do local das agressões mas que as deixou desenrolar-se e, posteriormente, ainda carregou sobre alguns jovens antifascistas. Finalmente, e após confrontos entre os neonazis e a polícia, Mário Machado (1143) e o ex-juiz Fonseca e Castro (líder do Ergue-te) foram detidos — e entretanto libertados, claro.

As tensões entre antifascistas e neonazis tinham vindo em crescendo desde o início da tarde com a marcação de uma con-

centração islamofóbica no Martim Moniz. A PSP e o Governo tinham total conhecimento da situação mas deram carta branca aos fascistas para continuarem a tentar intimidar-nos e a insultar quem passava. O perigo que estes grupos representam é real e é sistematicamente ignorado pelo governo da AD que lhes reconhece utilidade para atacarem imigrantes, pessoas queer e ativistas de esquerda.

A extrema-direita derrota-se nas ruas

PS e os partidos à sua esquerda criticaram duramente a tentativa do governo de “cancelar” a celebração do 25 de abril e aproveitaram o banho de multidão como um momento de campanha pré-eleitoral para as legislativas. O Partido Socialista, que aprovou o Orçamento do Estado e que recentemente admitiu recuar na CPI ao caso Spinumviva, aproveitou a ocasião para desferir um ataque a Luís Montenegro e à AD que não os compromete em termos de programa. Pedro Nuno Santos pôde estar na rua e defender os valores da liberdade, da democracia e da igualdade, mas sem se comprometer politicamente com a sua implementação concreta na vida das populações.

A esquerda reformista teve mais uma oportunidade perdida para mobilizar os trabalhadores e a juventude contra o perigo da extrema-direita e apresentar um programa capaz de fazer frente à sua violência. Programa bastante necessário, como aliás os eventos do próprio dia confirmam. No entanto, limitou-se a apontar a necessidade de aumentar a sua própria votação como um fim em si mesmo.

Nós, na Esquerda Revolucionária, não defenderemos a abstenção nas próximas legislativas e sabemos que é necessário derrotar a direita nas urnas. Mas, a nível nacional

e internacional, é cada vez mais óbvio para uma camada alargada da população que este sistema não tem nada para nos oferecer na luta contra a extrema-direita e o fascismo. Este sistema alimenta e permite que estas forças proliferem e cresçam com total impunidade. Cabe-nos a nós, trabalhadores e jovens antifascistas, lutar nas ruas contra este perigo.

Precisamos de estar organizados nos nossos espaços, nos nossos bairros, locais de trabalho e de estudo, contra a extrema-direita. Contra os seus ataques e violência e também contra a sua política de tentar dividir os trabalhadores entre nativos e estrangeiros.

A Esquerda Revolucionária participou nas manifestações em Lisboa e no Porto com a nossa propaganda e defendendo a necessidade de construir uma esquerda combativa que lute contra a extrema-direita e que esse combate será, em primeiro lugar, nas ruas.

A resposta que temos de dar a estes fascistas foi aquela que demos: encher as ruas aos milhares. Nós somos muitos mais do que eles e ontem voltamos a demonstrá-lo!

25 de abril sempre! Fascismo nunca mais!

É preciso construir uma esquerda combativa!

Junta-te à Esquerda Revolucionária!

[Continuação da contracapa]

A comercialização da luta queer

Tudo isto nos leva a concluir que a nossa luta tem de ser combativa e feita na rua. Tal como para com o movimento de libertação da mulher, o capitalismo procura assimilar e descafeinar a luta das pessoas queer, alvo constante de tentativas de comercialização. O Pride e o Arraial em Lisboa passaram a ser uma festa e evento turístico, desprovido de espírito combativo e corte de classe do seu início em Stonewall. É bem conhecida a manobra de marketing das empresas que se apresentam com a bandeira LGBTI+ durante junho, o mês do orgulho, para nos voltarem a oprimir e explorar o resto do ano.

A nossa opressão tem responsáveis directos: são as mesmas empresas que patrocinam o Arraial Lisboa Pride como o Mastercard ou a Vodafone mas se negam a contratar-nos devido à nossa orientação ou identidade sexual e que destroem o nosso planeta. O principal patrocinador dos últimos anos tem sido o Idealista, empresa que incentiva e lucra com a especulação dos preços das casas, negando-nos o direito a uma habitação digna. São ainda as instituições burguesas como os tribunais que ilibam os nossos agressores ou atacam o nosso direito à greve quando nos levantamos para lutar.

Uma parte da burguesia do sector turístico apercebeu-se que havia muito dinheiro a ganhar com o crescente mercado do “turismo LGBTI”. Funda em 2018 a Variações, uma associação patronal que junta as empresas de turismo em Portugal viradas para o público queer. A Variações faz campanhas como a Proudly Portugal e um lobby potentíssimo durante anos para trazer o Europride para Lisboa, o maior evento LGBTI da Europa, para atrair este público queer com dinheiro a Portugal, sendo bem sucedida em 2022 na candidatura para 2025.

Se queers burgueses e pequeno-burgueses se podem dar ao luxo de gastar milhares de euros a turistar quando lhes apetece, essa é uma realidade alheia à vasta maioria das pessoas queer que são da classe trabalhadora e pobres, muitas das quais exploradas precisamente pelo sector do turismo, em extrema precariedade, com salários miseráveis e com horários de trabalho brutais.

Um Orgulho capitalista não defende os nossos interesses

O principal impulsionador do capitalis-

mo arco-íris em Portugal é Diogo Vieira da Silva, co-fundador, diretor executivo e porta-voz da Variações até recentemente. Não apenas isso como foi Chefe do gabinete de imprensa da embaixada de Israel em Portugal, permitindo ao Estado sionista avançar na sua agenda de pinkwashing enquanto leva a cabo o genocídio do povo palestino.

Nós lésbicas, gays, bissexuais, trans, entre outros, da classe trabalhadora olhamos horrorizadas para o que está a acontecer na Palestina. E vemos também com autêntico nojo o branqueamento que o imperialismo Ocidental e as supostas “democracias europeias” fazem dia após dia ao Estado sionista de Israel. Dizem-nos que Israel é o único país da região que respeita os direitos queer e das mulheres. Como se pode ser tão cínico? Um Estado colonialista e de apartheid onde a população palestina é genocidada, onde o judaísmo ultraortodoxo tenta impor uma ditadura teocrática, totalmente incompatível com a liberdade de qualquer tipo.

O Europride é assim este grande evento que junta o capitalismo arco-íris ao pinkwashing sionista. Assim se percebe porque o reacionário executivo da Câmara Municipal de Lisboa, de Carlos Moedas, que nos últimos anos nunca apoiou a Marcha do Orgulho de Lisboa e a Festa da Diversidade, pelo contrário colocando entraves, aprova agora uma transferência de 175.000 euros para a Variações organizar o Europride.

Nós, pessoas queer, estamos fartas que o capitalismo mercantilize a nossa luta, transforme as nossas reivindicações em negócios, e utilize o nosso nome para lavar a cara ao regime genocida de Netanyahu. Não em nosso nome! É por isso que este ano fazemos a nossa marcha anti-capitalista, anti-fascista e anti-sionista!

Precisamos de um orgulho revolucionário!

O movimento pelos direitos queer teve início com as camadas mais oprimidas da sociedade, oriundas da classe trabalhadora. Aqueles que lutaram pela liberdade sexual fizeram-no como parte de uma luta mais ampla por igualdade plena: pelo direito ao trabalho, pelo fim da exploração laboral e por condições de vida dignas.

A burguesia e os seus partidos compreendem perfeitamente esta origem de classe da luta queer e por isso desde sempre vieram travar uma batalha para tentar domesticar o nosso movimento e suprimir as suas origens revolucionárias, o seu carácter de clas-

se e combatividade. Querem transformar a luta em festa e cingir a nossa presença nas ruas a um dia por ano, cercados por carros alegóricos de multinacionais capitalistas.

Mas não é por acaso que as marchas do Orgulho Crítico nos outros países crescem todos os anos, e que este ano também em Portugal sentimos a necessidade de marchar à parte do Europride, a comemoração do rainbow capitalism e do pinkwashing sionista. É porque à medida que a crise do sistema capitalista avança, os confrontos inter-imperialistas se tornam mais violentos e a extrema-direita cresce, mais claro fica para nós, pessoas queer da classe trabalhadora, que deste sistema só podemos esperar exploração, opressão, genocídio e miséria total.

Sem dúvida que o próximo período será difícil: racistas, machistas, homofóbicos, transfóbicos, fascistas vão-se sentir encorajados a avançar nos seus ataques à classe trabalhadora, e em particular às minorias como nós, pessoas queer. Temos de resgatar a história da nossa classe e do nosso movimento, sempre invisibilizada ou distorcida, começando pela Revolta de Stonewall.

Não vamos parar de lutar. Porque as nossas vidas dependem disso. Porque a experiência nos mostrou que a luta está nas ruas e não no Parlamento. E porque temos de construir um movimento queer de classe, um feminismo anticapitalista e uma esquerda revolucionária que aponte o sistema capitalista como o culpado de toda a nossa miséria. Se queremos ser verdadeiramente livres, temos de acabar com o capitalismo porque este sistema é baseado na opressão e na exploração mais selvagens das pessoas queer, das mulheres trabalhadoras, da juventude e da classe trabalhadora como um todo.

Por isso exigimos: fora o capital e o sionismo do nosso Orgulho!

Lutamos:

- Pelo direito pleno à autodeterminação de género!

- Por investimento massivo no SNS, serviços totalmente gratuitos, bem equipados e preparados para tratar as necessidades específicas

das pessoas queer. Apoio psicológico e casas de abrigo para vítimas de violência e pessoas prostituídas.

- Pelo controlo democrático do sistema educativo, com órgãos de decisão dos estudantes e trabalhadores da educação, e por educação sexual inclusiva para impedir agressores e ideias machistas, homofóbicas, transfóbicas e racistas nas nossas escolas e universidades.

- Por direitos plenos para todos os imigrantes, e pelo acesso à nacionalidade portuguesa – a única forma de proteger as pessoas queer imigrantes.

- Pela ilegalização de todas as organizações fascistas e punição de todos os agressores machistas e homofóbicos. Pela substituição do sistema de justiça e da polícia, peçados de reacionários e fascistas, por organizações democráticas de trabalhadores: tribunais e milícias revolucionárias.

- Fim imediato de todas as relações comerciais e diplomáticas com o Estado genocida sionista!



POR UM ORGULHO REVOLUCIONÁRIO

Em Lisboa e no Porto marchamos contra o capitalismo, o fascismo e o sionismo!

Esquerda Revolucionária e Livres e Combativas

A violência e discriminação para conosco, pessoas queer, não tem parado de aumentar. O número de crimes de ódio motivados pela nossa orientação sexual, identidade de género e/ou expressão de género atingem novos recordes todos os anos a nível internacional, e em Portugal aumentaram 38% em 2023. À medida que a crise capitalista se agrava, somos cada vez mais discriminados na escolha de habitação, no atendimento do SNS e na procura de trabalho. Senhorios recusam-se a alugar-nos casa, o financiamento para os tratamentos médicos de que necessitamos é cortado, os patrões recusam-se a contratar-nos ou relegam-nos para posições afastadas dos olhos do público.

As instituições burguesas impedem-nos de conseguir fazer avançar os nossos direitos. Um exemplo flagrante em Portugal no caso das pessoas queer é o da autodeterminação da identidade de género e expressão de género. A lei de 2018 foi primeiro atacada pelo Tribunal Constitucional, e quando o PS a quis alargar ao contexto escolar para fazer respeitar o direito da criança ou jovem a utilizar o nome e roupa com que se

identificam e garantir um espaço seguro sem opressões, onde possam usar por exemplo a casa de banho e balneários em que se sintam mais confortáveis, foi vetada pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa.

Sabemos agora que não é verdade aquilo que a máquina de propaganda ideológica da burguesia, da qual fazem parte os seus partidos políticos e comunicação social, tanto se esforçou por nos convencer nas últimas décadas: que em capitalismo os “direitos humanos” e as nossas condições de vida iam melhorando pouco a pouco. Se é verdade que nas últimas décadas do século XX o capitalismo experimentou um crescimento que permitiu à burguesia ceder alguns benefícios à classe trabalhadora no ocidente, a crise capitalista de 2008 fez com que revertisse muitos dos avanços de forma a garantir os seus lucros. Hoje, perante a decadência do imperialismo estado-unidense e europeu, a classe dominante ocidental mais uma vez prepara-se para nos fazer, trabalhadores, pagar pela sua crise com novos e mais cruéis ataques, e em particular às minorias. Em Portugal o novo parlamento de maioria de dois terços de direita atacará e fará recuar vários dos avanços das últimas décadas.

As forças fascistas em ascensão são o principal aríete da burguesia contra a comunidade queer. Enquanto o Chega tem até agora atacado os nossos direitos pela via institucional, outros grupos como o Habeas Corpus avançam para nos tentar intimidar quando discutimos os nossos direitos, interrompendo conferências e apresentações de livros queer. A rápida ascensão destas forças deveu-se em parte à adoção do programa e métodos da extrema-direita pelo governo da AD para atacar os nossos irmãos imigrantes e nos atacar, como a utilização da polícia para invadir o Planeta Manas e outros espaços queer. Outra parte deve-se aos erros das direções de esquerda, entre os quais o abandono da luta nas ruas. A visão romantizada — a que infelizmente também aderiram os partidos reformistas de esquerda — de que os nossos direitos se poderiam conseguir apenas pelas vias institucionais e estariam garantidos se figurassem em papéis timbrados das instituições burguesas, cai por terra.

Num período em que a crise capitalista se aprofunda e as ilusões para com o capitalismo se desfazem é particularmente importante para a classe dominante vincar o ideal da família burguesa — a família nuclear, heterossexual e patriarcal. Um modelo funda-

mental para o funcionamento do capitalismo: para manter a sucessão da propriedade privada e onde o trabalho doméstico — o trabalho reprodutivo — não remunerado levado a cabo essencialmente por mulheres poupa milhões ao Estado burguês. Colocando a mulher em figura de subserviência para com o homem, serve de base social para a reprodução de ideias machistas, incluindo a de respeito perante a figura do pai — e por extensão do patrão e do Estado.

Este modelo é por isso mesmo furiosamente defendido pelas camadas mais reacionárias da sociedade, que vêem nos avanços dos movimentos pelos direitos das mulheres e pessoas queer uma ameaça aos seus privilégios e modo de vida. Vimos os representantes políticos dessas camadas se reunirem para defenderem a “família tradicional” e atacarem a “ideologia de género” ao lançarem o livro “Identidade e Família”, apresentado por Passos Coelho, a figura de proa da direita mais reacionária.

[Continuação na página 11]



ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói conosco para as forças do comunismo revolucionário!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

[@EsqRevPT](#) • [@LivCombat](#) • [@SindEstud](#)

